

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.343 - RJ (2019/0285453-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ADRIANA ALVES DE MATTOS**
REPR. POR : **RENATO MARCELO DE MATTOS JUNIOR**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
AGRAVADO : **BRADESCO SAUDE S/A**
ADVOGADO : **JAIME HENRIQUE PORCHAT SECCO - RJ129059**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO EVIDENCIADA. 2. INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA QUE EXCEDE A 30 (TRINTA) DIAS. COPARTICIPAÇÃO. LEGALIDADE. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Consta dos autos que Adriana Alves de Mattos ajuizou ação de obrigação de fazer c/c indenização por dano moral contra Bradesco Saúde S.A. diante de recusa na autorização de internação em clínica psiquiátrica.

O Juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos da inicial, tornando definitiva a decisão que antecipou os efeitos da tutela, para determinar à parte ré a autorização da internação da autora em hospital psiquiátrico credenciado pelo plano de saúde, bem como para condenar aquela ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais a que deu causa.

Interposta apelação, a Vigésima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, deu parcial provimento ao recurso da operadora de plano de saúde, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 281):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAL. PLANO DE SAÚDE. INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. CLÁUSULA CONTRATUAL DE COPARTICIPAÇÃO. Ação objetivando internação em hospital psiquiátrico. Autora alega ausência de vaga em hospital credenciado da ré e recusa em autorizar internação psiquiátrica. Sentença de procedência tornando definitiva a decisão que antecipou os efeitos da tutela para determinar a

transferência/internação da autora em hospital psiquiátrico credenciado da ré e condenando a mesma ao pagamento de indenização no valor de R\$759,55 pelos danos materiais e R\$5.000,00 pelo dano moral. Recurso da ré que não se insurge contra a alegação de que não havia vaga em seus hospitais credenciados. Limitação do custeio integral de internação ao prazo de trinta dias. Regime de coparticipação na proporção de 50%, após o prazo fixado. Incidência da norma contida no artigo 16, VIII, da Lei 9.656/1988 e de Resolução Normativa da ANS. Cláusula pactuada de forma clara e precisa. Dever de informação cumprido. Equilíbrio do contrato. Inexistência de abusividade. Precedentes do STJ e desta Corte. Dano moral não configurado. Revogação de decisão da Relatora que suspendeu o feito em razão de julgamento anterior da 26ª Câmara Cível, que declarou a nulidade da cláusula na ação proposta pela autora, que se encontra em fase de Recurso Especial. Sentença parcialmente reformada para excluir a condenação à indenização por danos morais, revogar a decisão que antecipou os efeitos da tutela e reduzir a condenação por dano material à quantia de R\$379,78, referente a 50% da despesa de internação na clínica Santa Alice. Sucumbência mínima da ré. Despesas processuais pela autora. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração pela demandante, foram rejeitados (e-STJ, fls. 346-350).

Irresignada, Adriana Alves de Mattos interpôs recurso especial (art. 105, III, *a*, da CF), alegando violação dos arts. 1.022 do CPC/2015; 6º, VI, e 51, IV do CDC; e 12 e 35-C da Lei n. 9.656/1998. Sustentou, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e a nulidade de cláusula limitativa de internação hospitalar psiquiátrica com a consequente indenização por dano moral.

Contrarrazões às fls. 417-444 (e-STJ).

O recurso especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

De início, o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional apenas pelo

fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Sobre o tema, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 965.541/RS, Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 17/5/2011, DJe 24/5/2011, e AgRg no Ag 1.160.319/MG, Desembargador Convocado Vasco Della Giustina, Terceira Turma, julgado em 26/4/2011, DJe 6/5/2011.

Relativamente à questão de fundo, o Tribunal de origem reformou a sentença que julgou pela procedência dos pedidos da exordial, por entender não haver abusividade na "previsão de limitação do prazo da internação com custeio integral, mostrando-se razoável e salutar para a manutenção do equilíbrio financeiro que gastos de duração indefinida recebam contrapartida do usuário" (e-STJ, fl. 289).

Confirmam-se, a propósito, os seguintes excertos do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 288-293, sem grifo no original):

Alega a autora que em 25/12/14 necessitou de internação psiquiátrica, mas como não havia vaga em hospitais credenciados da ré a internação se deu na Clínica Santa Alice, arcando com a despesa de R\$759,55 e em 26/12/14 foi para a Clínica da Gávea, mas a ré se recusa a autorizar a transferência/internação da autora para hospital psiquiátrico credenciado sob o argumento de que houve internação anterior e que nova internação superaria o limite de 30 dias.

A ré por sua vez não se insurge contra a alegação de que não havia vaga em seus hospitais credenciados, se limitando a afirmar que não houve negativa de internação, mas tão somente ressalva quanto a coparticipação após 30 dias de internação.

Por consulta feita pela internet ao site da Clínica da Gávea verificou-se que esta integra a rede credenciada da ré, tornando-se verossímil a alegação da ré de ausência de recusa de autorização de internação. Pelo que se depreende dos autos, a autora pretende na verdade, somente que a ré arque integralmente com as despesas referentes à internação.

Ocorre que, o contrato de seguro saúde firmado entre as partes (index 89) prevê, no item 3.1.2.2, trinta dias de internação em hospital psiquiátrico, em unidade de terapia ou em enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para segurado portador de transtornos psiquiátricos em situação de crise.

O item 3.1.2.2.3, por sua vez, estabelece que haverá coparticipação do segurado em 50% sobre despesas médicas e hospitalares a partir do primeiro dia útil que ultrapassar o prazo de 30 dias, dentro de um mesmo período anual de vigência do seguro (index 90).

Conforme informação prestada pela ré em sua contestação, esta é a

segunda demanda proposta pela autora em razão do mesmo objeto. Após consulta feita pela intranet por esta relatora, verificou-se que a autora propôs em 21/07/2014, ação em face da ré objetivando manutenção de internação psiquiátrica e declaração de nulidade de cláusula que limita a internação em 30 dias, processo nº 0029865-51.2014/0203, no qual foi prolatada sentença de improcedência, reformada em 22 instância pela 262 Câmara Cível, que deu provimento à apelação autoral para julgar procedentes os pedidos, declarando nula a cláusula 3.1.2.2, que limitava a cobertura hospitalar psiquiátrica em 30 dias por ano de vigência do seguro, de internação em hospital psiquiátrico. O feito se encontra em fase de Recurso Especial.

Em razão da declaração de nulidade da cláusula contratual na ação anterior, esta Relatora proferiu decisão suspendendo o presente feito, mas, reexaminando a questão, verifico a inexistência de necessidade de suspensão, considerando que a decisão proferida pela 262 Câmara Cível será submetida ao STJ.

A respeito da referida cláusula, cumpre destacar que não é abusiva a previsão de limitação do prazo da internação com custeio integral, mostrando-se razoável e salutar para a manutenção do equilíbrio financeiro que gastos de duração indefinida recebam contrapartida do usuário.

No caso concreto, a cláusula de limitação de cobertura integral de internação em hospital psiquiátrico por período superior a 30 dias por ano é expressa de forma clara e precisa.

As cláusulas limitativas não podem ser consideradas abusivas de per si, em primeiro lugar porque a operadora do plano de saúde arca integralmente com os custos da internação durante um período (até 30 dias por ano) e, em segundo lugar, porque o percentual de participação é razoável (50%), na forma do item 3.1.2.2.3 do contrato (index 90).

Importante salientar que, na composição do prazo de cada um dos produtos que a operadora de saúde coloca no mercado, são considerados fatores de extensão dos serviços, a complexidade e o custo, questões subjetivas do consumidor (faixa etária, grau de risco, etc).

A tutela protetiva dispensada ao consumidor não pode funcionar como uma vedação genérica à diferenciação entre os planos, uns com cobertura maior, e por isso, mais caros, e outros com cobertura menor, portanto, menos dispendiosos.

Compete ao consumidor, no momento da contratação, aquilatar quais serviços pretende ter à sua disposição, bem como a modalidade do plano de saúde, porque, de acordo com cada perfil, haverá um preço a ser pago, como forma de manter o equilíbrio na equação contratual, sob pena de reflexamente, prejudicar outros consumidores, inclusive através da majoração das mensalidades quando dos cálculos atuariais, nos quais sempre são levados em consideração os fatos ocorridos no período anterior.

Ademais, é expressamente prevista a possibilidade de oferta de planos que contenham a coparticipação em determinados serviços, e tal prática não ofende as regras do CDC, sendo,

pelo contrário, salutar, pois permite que o preço das mensalidades dos planos de saúde sejam fixados em valores compatíveis com a possibilidade de pagamento do consumidor, além de que a incidência da coparticipação somente ocorre quanto ultrapassados os limites fixados no contrato, de modo temporal ou quantitativo.

A conduta da operadora é expressamente autorizada por lei específica, não sendo exigível comportamento diverso, por força do princípio constitucional da legalidade, inscrito no inciso II, do art. 5º, da CRFB: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

(...)

Assim, em que pesem as divergências, o melhor entendimento é pela validade das cláusulas limitativas no contrato de plano de saúde objeto do litígio, visto que pactuadas de forma clara, precisa e amparada no art. 16, VIII da lei 9656/98, tendo a parte ré / apelante cumprido com o seu dever de informação expresso no art. 6º, III, do CDC.

Desta forma, a autora deve arcar com 50% das despesas de internação, como ressaltado pela ré, pois ultrapassado o prazo de 30 dias de internação no ano, na forma estipulada na cláusula 3.1.2.2.3 do contrato.

Assim, impõe-se a improcedência do pedido de obrigação de fazer formulado na inicial.

Tal conclusão encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte que perfilha o posicionamento no sentido de que, uma vez atendido o direito de informação, mediante a redação de forma clara e expressa da cláusula limitativa, bem como mantido o equilíbrio das prestações e contraprestações, não há que se cogitar de abusividade da cláusula contratual que estabelece a coparticipação do consumidor após o 30º (trigésimo) dia de internação decorrente de transtornos psiquiátricos.

A propósito, destacam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. INTERNAÇÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS. COPARTICIPAÇÃO. VALIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte possui entendimento no sentido de que não é abusiva a cláusula contratual que prevê a coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor para a hipótese de internação psiquiátrica superior a 30 dias, a fim de que haja equilíbrio entre as prestações e contraprestações. Precedentes.

2. Inexiste discussão nos autos concernente à existência de cláusula contratual limitativa da cobertura, nem a respeito de sua interpretação. Debate-se, tão somente, o efeito jurídico dela desinente, ou seja, se

resulta em limitação da internação no tempo e, conseqüentemente, em abusividade, como concluiu a Corte a quo.

3. Por conseguinte, sendo lícita a coparticipação em comento, necessário também o afastamento da condenação da insurgente ao pagamento de indenização a título de dano moral e material.

4 - Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1067523/DF, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 02/10/2018)

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. LEI 9.656/98. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA.

1. Ação de obrigação de fazer cumulada com compensação por dano moral e indenização por dano material ajuizada em 27.12.2012.

Recurso especial atribuído ao gabinete em 25.08.2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é aferir a abusividade de cláusula em contrato de assistência médica, que impõe coparticipação do contratante, após o período de 30 (trinta) dias, à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas hospitalares e honorários médicos de internação para tratamento psiquiátrico.

3. Ausente o vício do art. 535, II do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

4. A lei especial que regulamenta a prestação dos serviços de saúde autoriza, expressamente, a possibilidade de coparticipação do contratante em despesas médicas específicas, desde que figure, de forma clara e expressa, a obrigação para o consumidor no contrato.

5. Na hipótese, a coparticipação foi utilizada para redimensionar, contratualmente, "a franquia, os limites financeiros ou o percentual de coparticipação do consumidor ou beneficiário", prevista para as despesas com tratamento psiquiátrico na apólice de seguro saúde escolhida pelo recorrido.

6. O acórdão recorrido diverge do entendimento deste órgão julgador, no sentido de que "não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrentes de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a gestão dos custos dos contratos de planos de saúde".

Precedentes.

7. Afastada, na hipótese, a abusividade da cláusula que estabelece a coparticipação do recorrido quando necessária internação hospitalar

para tratamento psiquiátrico por período superior a trinta dias por ano contratual, impõe-se o reconhecimento da improcedência da condenação da recorrida em indenizar danos materiais e compensar danos morais.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido para declarar a validade da cláusula de coparticipação estipulada para internações superiores a 30 (trinta) dias, decorrentes de transtornos psiquiátricos, e para afastar a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos materiais e compensação por danos morais.

(REsp n. 1.667.946/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 26/5/2017)

Portanto, inviável o recurso especial se o acórdão recorrido se alinha com o posicionamento sedimentado na jurisprudência desta Corte.

Fica prejudicada, assim, a análise da existência de dano moral.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 1% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida à recorrente.

Publique-se

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator